



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2019**

Ata n.º 24

Aos catorze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de seis de Fevereiro, sendo a Mesa Composta por:

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 21-11-2018 e 13-12-2018;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª revisão do Orçamento para o ano de 2019, incluindo a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação da proposta de recomendação, apresentada pelo BE, para que seja criada uma taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas caixas automáticas (ATM) instaladas na fachada de edifícios em espaço público.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Carlos Manuel da Conceição Oliveira (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento, de Ferreiras - Jorge do Carmo e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----



Faltas: João Alexandre Sequeira Jorge da Silva, Helena Maria Palhota Dias Simões, José Manuel da Bota Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Bernardo, Rui Gago, Carlos Oliveira e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que as intervenções e toda a sessão será gravada: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Filipa Silvestre: "Boa noite, estou aqui em nome de outras pessoas que preferiram ficar no anonimato. É referente a uma prova de admissão, para assistente operacional, atividade de auxiliar técnico de educação. No dia dois de Fevereiro teve lugar na escola secundária de Albufeira, a prova de conhecimento de categoria de assistente operacional. Tive conhecimento, através de várias pessoas que fizeram a prova, que durante a prova foi permitido, ou seja, não houve chamada de atenção, o facto de haver documentos sublinhados e folhas completamente escritas à mão, o que é contrário ao regulamento. Foi ainda perguntado, por duas pessoas durante a prova, se se podiam ajudar mutuamente, visto que se conheciam, ao que foi respondido pela pessoa que vigiava que sim, se o fizessem discretamente. Inclusivamente, depois mais tarde, teve que pedir às mesmas pessoas para conversarem mais baixo porque estavam a causar distúrbios aos restantes candidatos que estavam a fazer a prova. Só para relembrar, a prova é individual, portanto, é inadmissível que sejam permitidos comportamentos que deixem outros candidatos em desvantagem e uma falta de respeito. Porque houve pessoas que abdicaram do seu tempo e muitas vezes tempo de lazer com as suas famílias, para estudarem e se prepararem para esta prova. Há uma falta de consideração, para com as regras que garantem a igualdade de oportunidade no acesso à vaga e portanto acho que a Câmara deve, no mínimo, investigar essa situação e portanto perceber, se de facto podem tomar esta prova como parte da escolha do candidato."-----



Patricia Seromenho: "Boa noite a todos, a intervenção é minha mas é em nome de todos os órgãos da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, inclusivamente, da União das Misericórdias Portuguesas. Para uma palavra de apreço público, ao executivo da Câmara, pelo apoio manifestado à realização do congresso que aconteceu este fim de semana. Não queria deixar de o fazer, à pessoa do senhor Presidente e a todo o seu executivo, pelo apoio manifestado, desde a primeira hora, ressaltando também que já veio de três anos a esta parte, quando a primeira vez nos reunimos e quando apresentei a candidatura à União, para que fosse em Albufeira. Nada disto seria possível sem o apoio manifesto da autarquia. Na altura, o apoio foi dado verbalmente e agora foi concretizado. É salutar a nós todos, albufeirenses e algarvios, em particular, porque segundo dizem, só tenho sete anos de movimento nas misericórdias, mas aqueles que andam há mais de quarenta anos, que foi um dos melhores congressos realizados. É importante e quero salientar aqui é, para a região do Algarve, foi a União, não só das Misericórdias, das vinte e três, vinte e uma presentes, mas também dos municípios do Algarve, para a execução do mesmo, nos vários representantes. Dizer que, é importante que venha todas estas discussões, no que diz respeito ao social, para o Algarve e neste contexto salutar, mais uma vez, o empenho do município e dar por grato o apoio financeiro, que muitas vezes é discutido, para a Misericórdia, que foi bem aplicado. Pelo menos, é o que todos dizem, não quero ser eu a dizer, mas agradeço-lo. Obrigada. "-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao que a Filipa Silvestre aqui referiu, o que ouvi, com certeza que tem alguma gravidade, tem a gravidade que tem, das palavras que foram ditas. No entanto, não se pode atribuir a gravidade total, porque ainda não foi investigado, não foi provado nada. Com certeza que teremos de tomar algumas atitudes, nesse campo, uma vez que, está escrito, está em ata. É como se fosse, penso eu e o júri poderá ser soberano nesse campo, que é uma forma de reclamação relativamente àquilo que aconteceu, ou não. As coisas têm de ser provadas e têm de ser devidamente concretizadas, com certeza que vamos tomar atitudes e medidas sobre isso. Muito obrigado pela informação, acho que é importante que as pessoas digam aquilo que se passa e não se escondam, no fundo, às vezes, atrás de um ecrã de computador ou atrás de paredes e que se diga nos cantos e que não se diga claramente. Relativamente à Dr^a Patricia, foi com todo o gosto, até porque compete à Câmara Municipal promover, digamos assim, aquilo que é o concelho de Albufeira. Uma das



formas de promoção de um concelho, evidentemente que é as ações que vão sendo praticadas neste mesmo espaço físico do concelho, espaço geográfico, como seja a participação, a colaboração e o apoio que se possa dar a entidades, associações sem fins lucrativos, no sentido de trazer cá mais pessoas para que se conheça melhor Albufeira e para que possam ser potenciais turistas deste concelho. Muito obrigado."-- Não havendo mais intervenções por parte do público, nem intervenções no período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, vou ler uma declaração, relativamente à forma como tem vindo a ser elaborada a informação e os pedidos que temos vindo a fazer, relativamente à inclusão de alguns assuntos, que entendemos fundamentais, por isso passo a ler uma declaração. (Doc. 1 anexo a esta ata)-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da revisão, alteração do PDM, já fiz uma reunião com a equipa que está a elaborar o Plano. E já tenho agendadas reuniões com os membros do executivo, irá ser nos próximos dias. Relativamente aos membros da Assembleia Municipal, também queria fazer o mesmo, já falei com os técnicos dessa mesma empresa, para que possam vir um dia ao fim da tarde, fazer uma explanação sobre o andamento do PDM. Relativamente ao PUCA, não tenho nada, mas para a próxima vez trago informação escrita sobre isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 21-11-2018 e 13-12-2018;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Fernando Gregório: "Tenho umas correções, nomeadamente numa data, onde está dois mil e doze e é dois mil e dois, onde está dois mil e quinze é dois mil e cinco. Quando o



ponto trinta e um entrou em discussão os senhores Presidentes de Junta saíram da sala e depois na altura da votação, aparece na ata como que estavam presentes. É para fazer esta retificação, mais uma palavra ou outra. Entretanto tinha vindo aí para tentar falar com a Luisa para dar estas informações, mas não estava. Mas depois posso passar novamente no gabinete da Assembleia, para dar esta informação.”-----

Presidente da Assembleia: “Se nenhum dos membros se opuser, depois a Luisa entra em contacto consigo para refinarmos essas alterações. E punha a votação, com as alterações propostas pelo membro Fernando Gregório e Pedro Coelho.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 21-11-2018:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimento, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Rui Gago, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Gaspar Meirinho, Carlos Oliveira e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 13-12-2018:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimento, Leonardo Paço, Rui Bernardo, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Ana Ramos, Ana Cristina Oliveira, Francisco Guerreiro, Rui Gago e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram. -----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos três e quatro e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022; -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª revisão do Orçamento para o ano de 2019, incluindo a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----
O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

2.ª Secretária da Mesa: "Só um ponto a referir, em relação às grandes opções do plano, queria questionar o senhor Presidente acerca das obras que vêm mencionadas do antigo espaço do Quintalão, da antiga Câmara Municipal. Vem referido uma intervenção, gostaria de saber que tipo de intervenção é que têm prevista para aquela zona, que não vem mencionado, qual o tipo de intervenção que irá ser efetuada naquele espaço."-----

Renato Pimenta: "Quanto ao ponto quatro, solicitava a separação das votações, do orçamento e do mapa de pessoal. Lembrando a mesa que, o ponto dois também é um ponto, houve uma separação das atas e as atas foram votadas em separado."-----

Presidente da Assembleia: "Referente à votação das atas, são dois documentos autónomos, têm efetivamente de ser votadas em separado. Quanto ao ponto quatro, tenho presente, é a minha opinião, não sei explicitar de forma contrária, mas iria pedir depois ao Presidente da Câmara que depois explicita melhor, mas penso que as alterações ao mapa de pessoal fazem parte integrante do orçamento. Tanto que na Câmara, estive a ver o documento e vem só com uma única deliberação."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao que a Emília disse sobre o quintal da Câmara, é para fazer toda aquela recuperação e foi em consequência de uma candidatura que foi feita aos fundos europeus. Assim como o antigo Tribunal, também está nas mesmas circunstâncias e caso na próxima sessão da Assembleia poderia trazer-se aqui o que está previsto para essas duas zonas. Uma é a casa das artes e depois é a recuperação da igreja. Relativamente à questão das votações, o ponto três são as grandes opções



do plano, relativamente ao ponto quatro, como sempre foi feito, o orçamento contempla sempre e reflete sempre a questão do mapa de pessoal. À partida tem de ser tudo em conjunto, porque uma coisa está incluída na outra, só por si não é nada. Até porque este mapa de pessoal, a grande maioria das questões são aquelas relacionadas com alterações de locais, de unidades orgânicas onde as pessoas vão passar a estar colocadas em consequência desta alteração orgânica que houve. Não vejo que haja possibilidade de haver essa separação na votação."-----

Presidente da Assembleia: "Punha a tónica na discussão sobre a questão da separação, gostava de ouvir as bancadas relativamente a esta questão. É a primeira vez que se coloca. Não tenho posição sobre isto, porque não pensei sobre isto e gostava de ouvir os membros da Assembleia."-----

Renato Pimenta: "Já houve outras situações em que foram votadas em separado. Lembro-me perfeitamente porque fui chamado à atenção no sentido de voto que tive numa e noutra pelo Dr. Carlos Silva e Sousa."-----

Presidente da Assembleia: "Eu não me recordo nunca de termos feito a votação do orçamento com o mapa de pessoal em separado. Estive a ver e se repararem no documento, tem uma única deliberação. Tem o início, que é a abertura do procedimento e depois no fim é o encerramento do procedimento. Portanto, ele vale como um único documento. Acho que, decompormos aqui, retira a eficácia ao documento, porque ele é um único documento."-----

Francisco Oliveira: "Imagine-se e pondo-se a hipótese que há uma votação num sentido, relativamente a um destes documentos, ou mesmo documento, e há uma votação no sentido contrário relativamente à segunda parte, ou vice-versa. Acho que não faz sentido, porque, na verdade, esta revisão orçamental tem a ver efetivamente com a alteração do mapa de pessoal, por via do novo organograma e parece-me que tem de ser votado em conjunto, porque não é lógico que possa haver votação em, sentido contrário. Porque, se aprovamos o orçamento, devemos aprovar também o mapa de pessoal, se não aprovamos o mapa de pessoal o orçamento, não me parece."-----

Pedro Coelho: "Uma questão adicional, sobre a inclusão de um projeto de ação na revisão, nomeadamente de serviços de consultadoria na área de urbanismo e planeamento. A questão é qual é o objetivo desta consultadoria, o que é que se pretende executar com a mesma?"-----



Presidente da Câmara: "O objetivo dessa rubrica, é para ficar uma rúbrica aberta, na eventualidade de haver uma necessidade de algum parecer mais substancial, relativamente a um assunto qualquer, relacionado com o urbanismo. Já temos um ou dois que talvez venha a carecer dessa situação."-----

Francisco Oliveira: "Tomei conhecimento, por via dos nossos vereadores, de que havia a intenção de se fazer uma auditoria, relativamente à forma como estão a funcionar os serviços da Câmara, ou como iriam funcionar. A minha pergunta era, se este valor era para esse efeito? Se já está pensado o montante em causa? Se já está definido os critérios ou as situações, relativamente à auditoria?"-----

Presidente da Câmara: "O valor não é para isso. O que tinha falado em tempos e vamos concretizar, com certeza, é fazer um estudo, uma auditoria, uma análise, sobre a questão da orgânica municipal, bem como das atribuições de funções a cada um dos funcionários. Um estudo que se perceba exatamente onde estarão pessoas a mais, pessoas a menos, onde é que há algum desequilíbrio, onde há desequilíbrio ao contrário, uns com mais outros com menos. É nesse sentido, este não tem a ver com essa situação. Em princípio vai ser inserido na revisão decorrente da aprovação da conta de gerência, por via do saldo."-----

Francisco Oliveira: "Assim, obsta a minha pergunta, que era saber para quando é que estaria previsto, mas o senhor Presidente já respondeu."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão do orçamento e da primeira alteração, se repararem no documento, ele vem como a primeira revisão do orçamento, depois receita, depois despesa e a terceira parte é a alteração do mapa de pessoal. Portanto, só para reiterar a questão de que isto é um único documento e portanto é um único procedimento por parte da Câmara, não me parece que seja possível a sua decomposição em duas votações. Todavia, temos uma proposta, se se mantiver. A proposta é retirada."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO TRÊS:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstencões: uma (01) Renato Pimenta.-----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro,



Leonardo Paço, Rui Bernardo, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta.-----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Bernardo, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação da proposta de recomendação, apresentada pelo BE, para que seja criada uma taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas caixas automáticas (ATM) instaladas na fachada de edifícios em espaço público; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Esta recomendação parece-me uma recomendação simpática, agradável, mas analisando em termos do nosso grupo parlamentar, isto é um pau de dois bicos. É uma situação que implica que seja cobrado pelo município uma determinada taxa. Sabemos que, ultimamente, algumas entidades bancárias e outras financeiras que têm instalado ATM's, têm vindo a cobrar comissões, ou pretendem cobrar comissões. O que pode acontecer é que isto seja mais um argumento para que se banalize a cobrança das comissões. Portanto, quem vai pagar, no fundo esta taxa, vão ser os consumidores. É logico que, muito bem referido, que as instituições têm lucros, tudo mais, mas quando se fala de comissões, elas refletem no consumidor e neste caso aquele que efetivamente utiliza os serviços. Nós, pensamos que nesta perspetiva, é um bocado dar, por força de expressão, "ouro ao bandido", é dar mais um argumento para que a cobrança de comissões seja estendida a todas as entidades



bancárias, a todos os ATM´s. Neste momento, o que se está a verificar, pelo menos no conhecimento que vou tendo, é que estas ATM´s só estão a cobrar comissões quando se trata de valores recolhidos no estrangeiro. Portanto, se está a ser levantado no estrangeiro, aparece na máquina essa informação. Eu já fiz levantamento em Portugal nessas ATM´s e não cobraram qualquer comissão. Mas, lá está, a partir do momento em que seja imposto uma taxa ou determinados valores sobre isto, isso vai acontecer, com certeza, em que as entidades vão, com isso reclamar e ter mais um argumento para o efeito. Por essa razão, e não querendo retirar o mérito da recomendação, o grupo parlamentar do Partido Socialista entendeu abster-se, relativamente a esta recomendação."-----

Miguel Pinheiro: "Só para esclarecer, as taxas cobradas nos ATM´s da Euronet e nos outros, mas na Euronet é a que existe mais espalhada por Albufeira, as cobranças de comissão são só feitas quando é usada a modalidade de cash advance dos cartões, ou seja, há cartões que têm uma modalidade de débito e crédito, essa taxa só é cobrada quando é utilizada a modalidade de crédito, porque o débito em Portugal, em caixas automáticas não pode haver cobrança de taxas."-----

Presidente da Assembleia: "A questão que vem aqui na proposta, se bem entendi, tem a ver com uma taxa municipal. E essa taxa municipal vai incidir sobre ou a empresa que coloca os ATM´s ou o comerciante que tem os ATM´s na sua instalação. Portanto, independentemente daquilo que estiver a ser cobrado pelo banco não tem a ver, tem a ver com o indício da cobrança, ou a base que serve para uma taxa municipal. E essa taxa municipal é pura e simplesmente a existência de multibanco, ATM´s, máquinas de dispensa de dinheiro. É isso que estamos a discutir e é o que vem na proposta."-----

Ana Ramos: "Pegando na questão que o senhor Presidente da Assembleia estava a falar, é exatamente isso que devemos refletir, é onde é que está o sinalagma desta taxa. Ou seja, qual é aqui a contraprestação, por parte da Câmara e porquê que se cobra esta taxa, o que é que justifica."-----

Carlos Oliveira: "Convém não esquecer que as ATM´s estão a prestar um serviço a quem nos visita. Porque se não tiverem um local para levantarem dinheiro quem se prejudica são os comerciantes, os hotéis. Acho que é dar um tiro no pé, estarmos a cobrar uma taxa sobre isso."-----



Presidente da Câmara: "Só para referir que algumas das máquinas de levantamento de dinheiro nem iriam pagar esta taxa. São aquelas que estão dentro do espaço privado do banco, essas nem pagavam. Portanto, havia logo aí, à partida uma injustiça."-----

Vitor Vieira: "No centro de Albufeira, onde elas são mais necessárias, existe apenas uma caixa multibanco, se não houvesse as ATM's era um inferno no centro da cidade, com prejuízo para o comércio."-----

Ana Ramos: "Pegando no que já foi dito, também há a questão de muitas vezes as próprias caixas ATM's estarem instaladas dentro de espaços privados, de lojas e pagam uma determinada renda nesse mesmos espaços, que também é relevante aqui referir."-----

Adriano Ferrão: "Mesmo as ATM's que formam a utilização do espaço público, em frente a elas, também seria abrir um precedente para que muitos outros serviços e passagens até, para condomínios e para empreendimentos, também atravessam o passeio, que é um espaço público. Então iria se abrir um precedente, com certeza, que todos teriam que pagar essa ocupação da via pública."-----

Pedro Coelho: "Julgo que depois deste debate, o promotor tem de defender a proposta, porque afinal o promotor fez a proposta e não a fundamenta, para além do que colocou à discussão de todos."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Carlos Oliveira, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Bernardo, Gaspar Meirinho, Rui Gago e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.

Abstencões: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: dois (02): Miguel Pinheiro e Renato Pimenta.-----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 20:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e

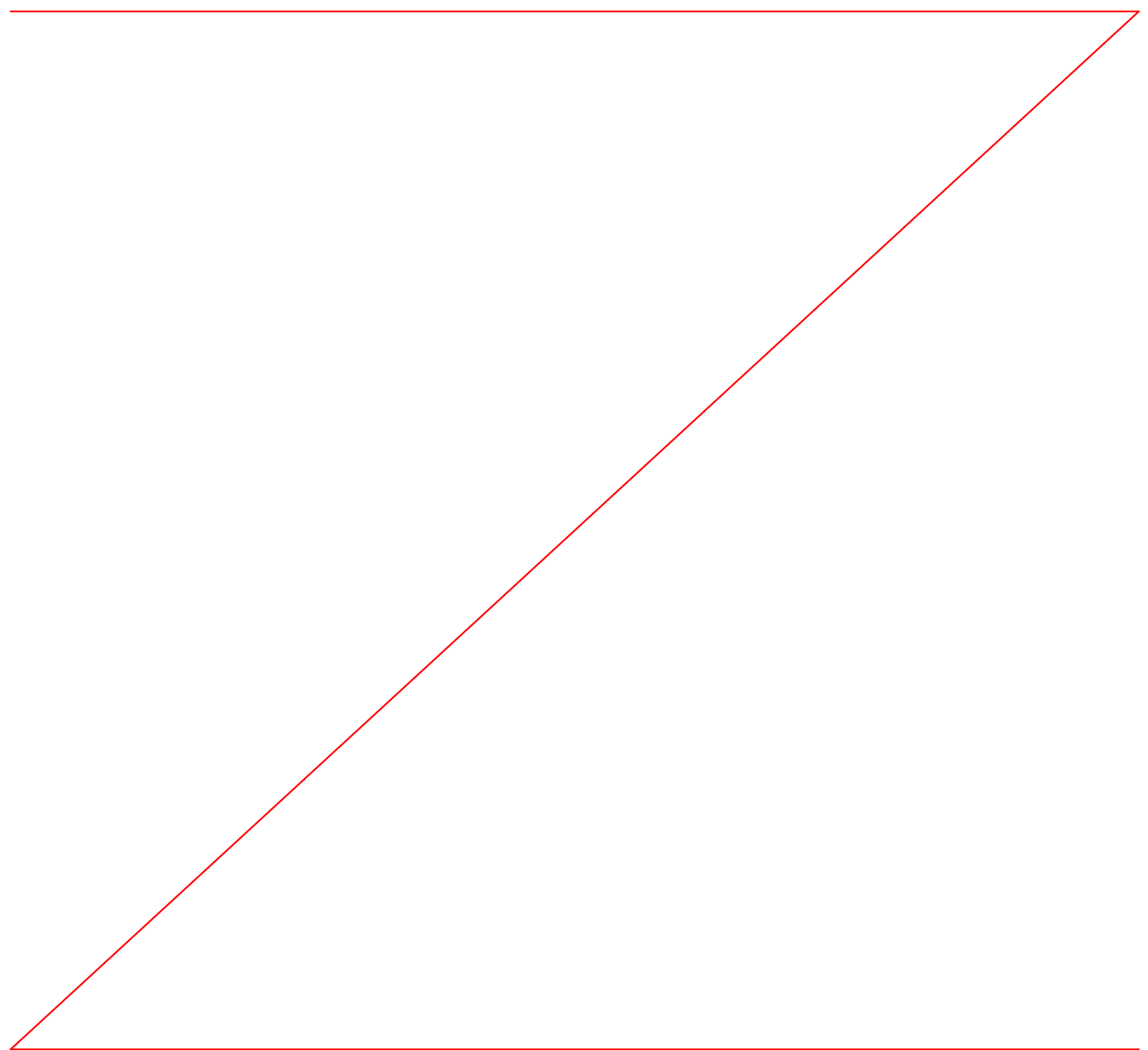
aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 14 de Fevereiro de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





DR
14/Fev/2019

Declaração

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira vem manifestar o seu descontentamento pelo facto de até à presente data não existir no conhecimento do Sr. Presidente qualquer referência ao processo de alteração do PDM, a exceção das várias reuniões do PUA, bem como a todos os instrumentos de ordenamento do território, apesar das inúmeras insistências verbais e pedidos de informações efetuados nesta Assembleia.

Solicitamos pois ao Sr. Presidente da Câmara de Albufeira que proceda em conformidade e informe este órgão assemblear dos desenvolvimentos nos vários processos em curso, evitando assim que a informação chegue à Assembleia com excessos dias após a emissão de documentos de elevada complexidade técnica e de grande interesse e responsabilidade para o município.

O Grupo Parlamentar do Partido
Socialista

[Handwritten signatures of the Socialist Party group members]